

IMPACTOS POLÍTICOS DA EDUCAÇÃO: DA APOSTA NO NOVO CIDADÃO À ELEIÇÃO DE BOLSONARO

ROGERIO SCHLEGEL¹ 

RESUMO: A literatura sobre o populismo de direita levaria a esperar que, em 2018, os mais escolarizados evitassem votar em Jair Bolsonaro, defensor de valores autoritários e contrários à diversidade. No entanto, pesquisas mostravam associação positiva entre escolaridade e intenção de votar no candidato radical. Usando dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb), este artigo traz evidências de que os diferentes níveis de escolaridade pouco diferenciaram a escolha do eleitor, quando controladas outras dimensões sociodemográficas. Também foi investigada a hipótese de que os retornos políticos da educação brasileira possam ter decrescido no tempo, a ponto de não se fazerem notar nessa eleição. O estudo revelou que, em análises bivariadas, a escolaridade apenas “capturou” efeitos que devem ser atribuídos à melhor condição econômica – a qual foi fator consistente de apoio à extrema-direita na eleição presidencial de 2018.

Palavras-chave: Educação. Comportamento político. Populismo de direita. Eleição de 2018. Brasil.

POLITICAL IMPACTS OF EDUCATION: FROM THE BELIEF IN A NEW CITIZEN TO BOLSONARO'S ELECTION

ABSTRACT: Studies on right-wing populism suggested that, in the Brazilian presidential election of 2018, the better educated would avoid voting for Jair Bolsonaro, given his authoritarian values and diversity rejection. Nevertheless, the polls have pointed to a positive association between educational attainment and voting for the radical candidate. Analyzing data from the Brazilian Electoral Study (Eseb), this paper presents evidence that educational attainment levels hardly differentiated the choice of the electorate, when other sociodemographic dimensions were controlled. The hypothesis of fading educational effects over political behavior has been investigated, but the most promising explanation is that impacts that must be attributed to economic well-being – which was a consistent predictor of the vote for the far right in 2018 – had been “captured” by education in bivariate analyses.

Keywords: Education. Political behavior. Right-wing populism. Brazilian presidential election of 2018. Brazil.

A pesquisa que resultou neste artigo foi desenvolvida com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, Projeto Democratização Desigual, n. 2018/10.358-3.

1. Universidade Federal de São Paulo – São Paulo (SP), Brasil. E-mail: rschlegel@unifesp.br.

Editor de Seção: Adriana Dragone Silveira

IMPACTOS POLÍTICOS DE LA EDUCACIÓN: DE LA APOSTA EN EL NUEVO CIUDADANO A LA ELECCIÓN DE BOLSONARO

RESUMEN: La literatura sobre populismo llevaría a esperar que, en 2018, los más educados evitasen votar por Jair Bolsonaro, dada su defensa de valores autoritarios y contrarios a la diversidad. Sin embargo, las encuestas mostraron una asociación positiva entre la escolaridad y la intención de votar por el radical de derecha. Con datos del Estudio Electoral Brasileño (Eseb), este artículo proporciona evidencia de que los niveles de educación poco diferenciaron la elección del votante, cuando controladas otras dimensiones sociodemográficas. Se investigó la hipótesis de que los retornos políticos de la educación brasileña pueden haber disminuido con el tiempo, pero fue más prometedor el entendimiento de que, en el análisis bivariado, la escolarización “capturó” los efectos de mejores condiciones económicas – que fue factor consistente de apoyo a la derecha.

Palabras-clave: Educación. Comportamiento político. Populismo de derecha. Elecciones presidenciales brasileñas de 2018. Brasil.

Introdução

Níveis mais elevados de escolaridade não foram suficientes para evitar o voto em Jair Messias Bolsonaro na eleição presidencial de 2018. Contrariando décadas de teorias sobre os impactos da educação no comportamento político, bem como a expectativa corrente da literatura internacional sobre a atitude do eleitor diante de populistas radicais de direita, o brasileiro mais escolarizado votou em Bolsonaro na mesma proporção que o eleitor que pouco frequentou a escola, controlados os efeitos de renda familiar, ocupação e outras dimensões sociodemográficas. No nível individual, a educação não representou a esperada aversão a valores autoritários e o apoio à democracia e o respeito a minorias.

Essa constatação, desenvolvida neste artigo a partir da análise estatística do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2018 (Eseb-2018), aponta para as particularidades da situação político-eleitoral brasileira no passado recente e os desafios de entender a ascensão do populismo em escala global. No entanto, convida, acima de tudo, a reavaliar os retornos políticos trazidos pela educação brasileira nas últimas décadas. A expectativa dos analistas de que o aumento da escolaridade produziria um novo cidadão – mais engajado, mais democrata, mais tolerante – não parece estar se cumprindo, apesar do aumento notável no nível de escolarização da população brasileira.

Estudos anteriores indicaram que níveis mais elevados de escolaridade podem não diferenciar o cidadão em termos de atitudes políticas desejáveis para a convivência democrática, como a preferência pela democracia. O voto em Bolsonaro não terá sido apenas efeito da conjuntura? Estará o retorno político da educação caindo de forma sustentada no Brasil, a ponto de não se fazer notar na eleição de 2018? A partir de *surveys* com representatividade nacional, este artigo também explora, com análises estatísticas, a relação entre escolaridade e comportamento político ao longo de todo o período democrático inaugurado em meados dos anos 1980.

As evidências levantadas sugerem que, de maneira geral, a escolaridade ainda diferencia o cidadão em termos políticos, mas há resultados que desaconselham associações automáticas. Em matéria de apreço pelo voto, os efeitos da educação decresceram e mesmo os mais educados hoje não mostram o entusiasmo das últimas décadas. Quem tem Ensino Médio incompleto se confunde com os menos escolarizados em

várias dimensões de engajamento político e adesão democrática. Na eleição de Bolsonaro, além de o Superior incompleto ou mais – a categoria de maior escolaridade neste estudo – não diminuir a chance do voto populista de direita, o segmento anterior, o Médio completo, teve efeito contrário: aumentou essa chance.

A atração que Bolsonaro exerceu sobre os mais escolarizados foi observada ainda durante a eleição (DATAFOLHA, 2018; NICOLAU, 2018). A relevância dessa associação foi subestimada, porém. Faltaram análises mais sofisticadas que discriminassem até que ponto a escolaridade podia ser entendida como indicador da posição social dos eleitores, incluída aí sua condição econômica, e em que medida apontava para atitudes políticas mais diretamente relacionadas a valores. Avaliar o efeito independente da escolaridade é fundamental para testar duas hipóteses recorrentes envolvendo o populismo de direita: se é estimulado pela exclusão econômica, que passa inclusive pela globalização da produção, e/ou se é reação ao avanço de valores progressistas.

Este estudo pretende começar a preencher essa lacuna. Também coloca em perspectiva a própria trajetória da escolarização no Brasil, em um balanço a ser regularmente atualizado. Discutir impactos no comportamento político é mais uma forma de avaliar as políticas públicas de educação. A relação da educação do cidadão com o populismo é tema especialmente pertinente nessa esfera, considerando a ligação estreita que a literatura internacional tem estabelecido entre os dois. Quantidade, qualidade e tipo de educação têm impacto nos fatores econômicos e no universo de valores que estão na raiz do voto em movimentos e políticos populistas de extrema-direita.

Além desta breve introdução, o artigo tem três seções. Na próxima, discuto as teorias sobre os efeitos da educação no comportamento político, destacando como a aposta na emergência de um novo cidadão a partir do aumento da escolaridade nacional ignora os diferentes mecanismos atuantes nessa relação. Na seção seguinte, introduzo *surveys*, variáveis e métodos empregados na análise. Apresento, também, resultados em dois blocos: para o voto em Bolsonaro na última eleição presidencial e para atitudes políticas de 1989 a 2018. A discussão sobre os achados fecha o artigo, enfatizando a necessidade de mais pesquisas para lidar com a complexidade dos temas abordados.

Uma Relação Complexa

A educação, entendida como aprendizado formal e estruturado, é dos fatores mais relevantes como determinante do comportamento político do cidadão, segundo a perspectiva predominante em estudos políticos. Em modelos multicausais, a escolaridade costuma aparecer como o preditor decisivo para atitudes como disposição de participar da vida política e apoio à democracia. No nível individual, a instrução formal é a dimensão sociodemográfica com os mais claros efeitos em análises do tipo transversal, em um único ponto no tempo. Nesses estudos, ela aparece em correlação consistente, forte e positiva, com dimensões como interesse por política, uso da mídia tradicional jornalística, conhecimento de informações políticas, comparecimento às eleições, engajamento cívico e social ou com indicadores relacionados a atitudes democráticas, como respeito a minorias e aceitação da diversidade.

Por conta disso, o aumento da escolarização foi retratado como condição próxima de necessária para a convivência democrática (LIPSET, 1959) e como “provavelmente o mais importante” elemento para criar e manter a adesão à democracia (DAHL, 1961, p. 316). Mais: a escolarização seria capaz de criar um novo cidadão, “um ator político diferenciado” (ALMOND; VERBA, 1965, p. 315). Vale lembrar a formulação de Converse, pesquisador do grupo da Universidade de Michigan que lançou as bases para o entendimento contemporâneo sobre comportamento político:

Quer se esteja lidando com questões cognitivas, como nível de informação factual sobre política ou sofisticação conceitual na avaliação dela; quer com questões motivacionais, como o grau de atenção dirigido à política e o envolvimento emocional com assuntos políticos; ou questões de comportamento efetivo, como engajamento em uma variedade de atividades políticas, do trabalho partidário ao comparecimento às urnas: em todo lugar a educação é o solvente universal, e a relação é sempre na mesma direção. Quanto maior a educação, maiores os valores “bons” da variável. O cidadão educado é atento, conhecedor e participativo, e o cidadão não educado não o é (CONVERSE, 1972, p. 324).

Essas teorias informam o desenvolvimento do campo no Brasil. Nos anos 1970 e 1980, os estudos brasileiros sobre comportamento eleitoral tratam a educação em duas chaves predominantes. De um lado, tomam os indicadores de escolaridade como expressão da condição socioeconômica da pessoa e, no agregado, do grau de desenvolvimento econômico da área observada (p. ex., SOARES, 1973). Em outra frente, a educação é indicador da capacidade cognitiva do cidadão, com impacto nos níveis de estruturação ideológica ou na sofisticação política (REIS, 1978; LAMOUNIER, 1980). Enquanto a primeira abordagem é fundamentalmente caudatária das teorias da modernização abraçadas por Lipset, a segunda expressa a aplicação das lentes analíticas de Michigan à realidade brasileira.

Os resultados das pesquisas empíricas para o caso brasileiro são relatados com decepção. De modo geral, esses estudos encontram um eleitorado pouco instruído, pouco informado e com atitudes que poderiam ser tachadas de pouco ideológicas. Nas eleições municipais de 1976, que se seguem à surpreendente vitória eleitoral da oposição sobre a Ditadura Civil-Militar dois anos antes, estudo na cidade de Presidente Prudente indica alguma consistência ideológica no voto apenas em “setores ilustrados da classe média” (LAMOUNIER, 1978, p. 82). Outras pesquisas, em São Paulo e no Rio de Janeiro, mostram escolhas consideradas ideologicamente consistentes só entre indivíduos de nível educacional elevado, sobretudo aqueles com Ensino Colegial – o atual Médio – e Superior (LAMOUNIER, 1980).

Duas décadas depois, Reis e Castro (2001, p. 31) apontam “intensa correlação positiva” entre sofisticação política e escolaridade, em estudo a partir de *surveys* realizados em cidades de Minas Gerais e São Paulo. Os autores encontram concentração crescente de indivíduos com mais alta sofisticação à medida que avançava a escolaridade. Predomina a busca de consistência ideológica no eleitor. “No eleitorado americano do início da década de sessenta, o sistema de crenças do público em geral, em contraste com as elites, era fragmentado, caótico e desarticulado. Os dados indicam que situação semelhante ocorre no Brasil”, conclui, em outro estudo, Castro (1994, p. 174).

Mais recentemente, Carreirão (2002) analisa as motivações do voto nas eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998 e conclui que o eleitor mediano está longe de ser altamente informado e votar ideologicamente – comportamento que se verifica apenas entre uma pequena minoria, a dos mais escolarizados. Todavia, isso, para o autor, não significa que grande parcela do eleitorado decida de maneira irracional ou exclusivamente subjetiva. “A maioria [...] apoia-se em um conjunto de informações e pistas que sugere uma decisão de voto bem mais complexa”, afirma (CARREIRÃO, 2002, p. 212). O estudo acompanha a reavaliação, na literatura internacional, do entendimento sobre a racionalidade do eleitor. A ideia central é que o cidadão compense a falta ou a incompletude de informações por meio de atalhos mentais, pistas heurísticas, a partir dos quais avalia os objetos da política e toma decisões (POPKIN, 1994; LUPIA; MCCUBINS, 1999).

O novo entendimento sobre a decisão do voto não abala a aposta convencional na capacidade transformadora da educação – e como fator isolado. Na virada do século, as elites consideram que o baixo nível educacional da população seja o principal obstáculo à democracia, mais relevante até do que os altos

índices de pobreza e desigualdade social do país (REIS, 2000). Próximo do final da década, o cientista político Alberto Carlos Almeida publica balanço sobre a cultura política do brasileiro cuja conclusão ilustra a esperança amplamente difundida no papel redentor da escola:

Não estou negando as especificidades nacionais, apenas enfatizando que culturas nacionais podem ser menos importantes do que as de grupos sociais transnacionais, unidos pela escolarização formal. A herança ibérica nunca será abolida do DNA da cultura brasileira, mas é possível tornar os brasileiros mais seguidores da lei por meio da educação formal. Portugal será sempre nossa pátria-mãe, mas para tornar o Brasil mais liberal na economia é preciso massificar, e muito, o Ensino Superior. História e herança não mudam, mas o nível de escolaridade traz alterações de consequências bastante profundas para qualquer sociedade. Entre elas, a consolidação da democracia (ALMEIDA, 2007, p. 277).

A presunção de que o aumento da escolaridade média de uma nação leve ao aumento sustentado da informação sobre política, da participação, da tolerância e do apoio à democracia pode ser descrita como “visão predominante” nos meios acadêmicos (NIE; JUNN; STEHLIK-BARRY, 1996, p. 97-98). Ocorre que os impactos políticos da educação percorrem caminhos muito mais complexos do que os supostos na ideia de “solvente universal” e na visão de que a instrução formal é panaceia para curar todos os males políticos, como se discutirá na próxima subseção.

Abrindo a Caixa-preta dos Efeitos Políticos

As relações entre educação e comportamento político são alvo de reflexão desde a Antiguidade, mas isso não impede que as associações entre os dois ainda sejam consideradas uma “caixa-preta” (CAMPBELL, 2006, p. 26), dada a precariedade das explicações para essa ligação. “Falta à literatura [...] investigação teórica e empírica sobre por que a educação é uma variável explicativa tão poderosa”, avalia Hillygus (2005, p. 25). “Precisamos de uma compreensão melhor sobre as várias maneiras pelas quais a educação faz tanta diferença em taxas de comparecimento no dia da eleição”, afirmaram Miller e Shanks (1996, p. 580). “Dada a força da hipótese de Lipset/Aristóteles como regularidade empírica, é surpreendente que não existam modelos teóricos convincentes dessa relação”, observou Barro (1999, p. 182), referindo-se às conexões entre escolaridade, desenvolvimento econômico e democracia.

A riqueza do processo educacional e a multidimensionalidade de seus efeitos têm tudo a ver com isso, como alertam Emler e Frazer (1999):

Pessoas que participam da educação formal são expostas a um corpo de conteúdos sobre o mundo exterior. Também são expostas a contatos com um tipo particular de outras pessoas. Elas podem se engajar em certos tipos de interação – tanto formalmente, no contexto da sala de aula, quanto informalmente, fora da classe – envolvendo esse conteúdo. Elas passam tempo em uma instituição com uma forma particular de governança interna e estrutura de poder. Elas podem participar de atividades relacionadas à governança da instituição. Elas passam por exames e são avaliadas de várias maneiras, de forma que seus níveis de competência e sucesso são formalmente certificados. Os conteúdos apresentados, os contatos com outras pessoas e as experiências de aprendizado podem todos contribuir para mudanças cognitivas. Adicionalmente, essas experiências podem moldar as atitudes. O sucesso educacional pode

afetar a autoimagem e vai prover acesso a uma variante de contatos sociais, segmentos do mercado de trabalho e oportunidades de emprego. E assim por diante. Todos esses elementos da experiência e os resultados da educação formal potencialmente desempenham algum papel na associação observada entre a educação e resultados políticos (EMLER; FRAZER, 1999, p. 256-257).

À medida que as pesquisas constatavam que aumentos na escolaridade média não impactavam a vida política da maneira esperada, cresceu o desconforto com as expectativas anteriores. Já no fim dos anos 1970, Brody (1978) apresentava o que chamou de “quebra-cabeça da participação”: indicadores de ativação política nos Estados Unidos mostravam queda na comparação com décadas anteriores, apesar de os recursos materiais e cognitivos – com destaque para a educação – terem crescido de maneira pronunciada no conjunto da população. Nie, Junn e Sthelik-Barry (1996) apontaram estagnação ou declínio em diferentes dimensões da participação e da atenção dada pelos norte-americanos à política no intervalo 1972–1994. Delli Carpini e Keeter (1996) apuraram que o conhecimento sobre política não cresceu nos Estados Unidos entre as décadas de 1950 e 1990, apesar do aumento nos níveis médios de instrução. Em análise com 94 países, Acemoglu et al. (2004) constataram que nações com aumento da escolaridade média entre 1970 e 1995 não mostraram tendência de se tornarem mais democráticas pelos critérios da Freedom House¹.

Estudos investigando os muitos mecanismos que ligam a educação ao comportamento político percorreram longos caminhos, em diferentes direções. Nos limites deste artigo, eles podem ser resumidos em três teorias básicas: o modelo da educação absoluta; o da educação relativa; e o dos fatores preexistentes. A Fig. 1, adaptação da proposta por Persson (2015) para esquematizar a participação política, ajuda a entender essas vertentes explicativas.

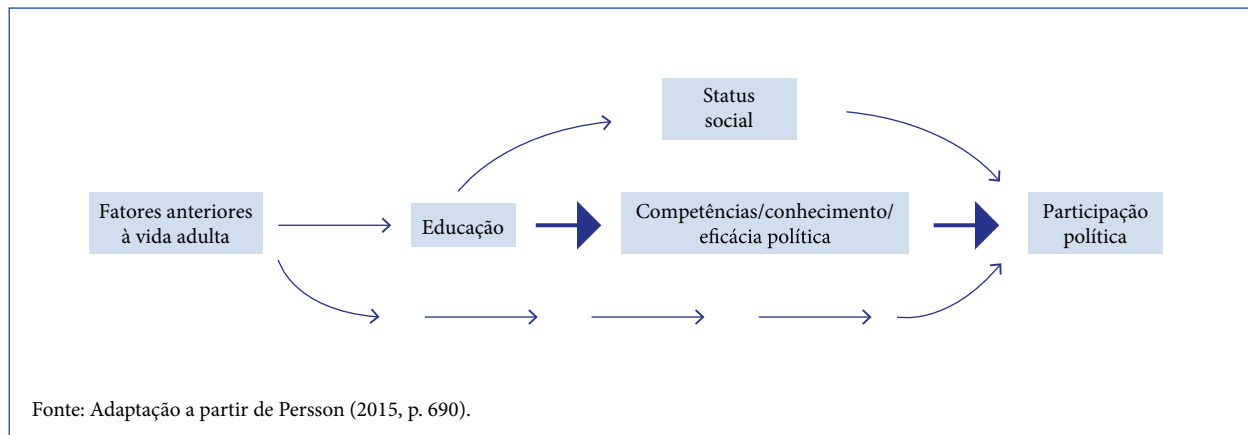


Figura 1. Mecanismos para explicar o impacto político da educação no nível individual.

O modelo da educação absoluta representa a perspectiva convencional no campo, ilustrada na figura pelas setas horizontais grossas. Entende que a escolarização aumenta as capacidades cognitivas, a informação sobre o funcionamento da política e a percepção de que se pode fazer diferença na sociedade; isso diminui os custos da participação e também favorece valores como a tolerância. Nessa abordagem, os efeitos da escolaridade são considerados aditivos e cumulativos; ou seja, maior quantidade de escolarização sempre irá significar aumento sustentado na intensidade das atitudes políticas associadas. Parte daí a aposta de que o aumento da escolarização média da sociedade venha a gerar um novo cidadão.

O modelo da educação relativa entende que o efeito da escolarização depende de sua distribuição na sociedade. A escolarização, inclusive pelas credenciais que confere, na verdade influenciaria a posição do

indivíduo nas redes de sociabilidade, que, por sua vez, impactaria sua relação com a política, sobretudo em atividades competitivas – como fazer sua demanda chegar a quem faz as políticas públicas. Status social de maior centralidade estaria associado a maior envolvimento e ativação, como indicam as setas superiores da figura. O que importa é a posição do indivíduo na hierarquia educacional, sua classificação em relação aos demais potenciais concorrentes na sociedade, não a escolarização em termos absolutos. Assim, nem todo aumento na escolarização representa mudança na posição social do indivíduo; se toda a coorte a que ele pertence experimenta melhora equivalente no nível educacional, a posição dele tende a permanecer estável. Aplicada ao comportamento político por Nie, Junn e Sthelik-Berry (1996), essa teoria é caudatária da noção de que a escolarização tem caráter posicional, que precisa ser levado em conta na hora de avaliar seus impactos na sociedade (HIRSCH, 1976; BOURDIEU; PASSERON, 1990). Essa abordagem contribui para dissolver o aparente paradoxo de o aumento dos níveis médios de escolarização ser acompanhado por níveis estáveis ou declinantes de participação (PERSSON, 2015).

O modelo dos fatores preexistentes, indicado na figura pelas setas inferiores e pela horizontal mais fina, atribui tanto a trajetória escolar quanto o comportamento político a fatores anteriores à vida adulta e relacionados à socialização. Ambos seriam afetados por dimensões como condição socioeconômica familiar, ambiente doméstico, capacidades cognitivas inatas e personalidade. Essa abordagem é apoiada por pesquisas indicando que as atitudes políticas são conformadas nos anos formativos e depois pouco mudam. Os precursores dessa ideia são Langton e Jennings (1968), que demonstraram a inefetividade da educação cívica no Ensino Médio norte-americano. Como esses autores já alertavam, um desafio é produzir dados para permitir o teste dessa hipótese. Em análises como as desenvolvidas neste artigo, as pesquisas de opinião não trazem dados sobre a vida pré-adulta e os modelos estatísticos contribuem para atribuir à escolaridade impactos causais que possam ser de terceiros fatores. A educação vira uma *proxy* – variável usada por aproximação – e a ela podem ser atribuídas propriedades indevidas (PERSSON, 2015). A pesquisa do campo é largamente dominada por esse tipo de estudo.

Um complicador nos estudos sobre educação e comportamento político é, portanto, produzir dados adequados, discernir quais desses mecanismos atuam em determinado processo e também a parcela de contribuição de cada um deles para dado resultado. Parece improvável que haja ação isolada de uma única cadeia causal; do ponto de vista analítico, costuma ser esforço mais promissor tentar definir qual efeito predomina em dada situação.

Há ainda outra armadilha recorrente: a confusão entre dinâmicas em um ponto do tempo e dinâmicas diacrônicas envolvendo os efeitos políticos da educação. Como se viu, o impacto de mudanças nos níveis médios de escolarização de uma sociedade foi teorizado apenas lateralmente nos estudos que lançaram a base para a compreensão das relações entre educação e política. A partir das associações válidas para a escolaridade elevada em um ponto do tempo, o usual foi inferir resultados semelhantes para a elevação da escolaridade ao longo do tempo, sempre com a presunção de que os efeitos políticos da educação têm caráter exclusivamente cumulativo, num cálculo em que mais aprendizado formal se traduz em ganhos aditivos em termos de comportamentos e atitudes desejáveis para a vida democrática.

No Brasil, a aposta na emergência de um novo cidadão – democrata, participativo e tolerante – tem sido posta em xeque por estudos longitudinais que já demonstraram impactos políticos decrescentes para a educação recente. Schlegel (2010) revelou efeitos declinantes no tempo para diferentes níveis de escolaridade, sobretudo para o Ensino Médio. Análises complementares sugeriram que a perda de qualidade que acompanhou a expansão educacional brasileira pode ter afetado os retornos que a escolarização deveria representar em termos de comportamento político. Dias (2018) apurou que fatores contextuais reduziram progressivamente a capacidade preditiva da escolaridade sobre a cognição, o engajamento e a adesão à

democracia no Brasil. Com foco especial no Ensino Superior, o estudo constatou que a escolaridade cedeu espaço para que outros fatores posicionais e contextuais, a exemplo da religião, passassem a explicar melhor a inserção do indivíduo na vida política.

Esses estudos diacrônicos informam a investigação proposta neste artigo. Adoto a hipótese de fundo de que a escolha eleitoral e as atitudes políticas de 2018 precisam ser contextualizadas no tempo para se buscar explicações para o comportamento dos cidadãos. A queda nos retornos políticos da educação pode, eventualmente, explicar resultados aparentemente paradoxais.

Populismo Radical de Direita

Antes de passar às análises, merece atenção a associação de Jair Messias Bolsonaro ao populismo e o uso da eleição presidencial de 2018 para problematizar os impactos políticos da escolaridade. Não é objetivo deste artigo discutir detalhadamente as características que o populismo contemporâneo pode assumir na América Latina ou como as expressões locais se comparam com outras modalidades regionais, a exemplo das variantes europeias. Entendo, no entanto, que algumas características centrais do candidato eleito permitem localizá-lo no campo populista, a partir de definições básicas desse conceito polissêmico. E isso pode ter relação com a escolaridade.

O populismo já foi definido como uma ideologia, um estilo discursivo e uma forma de mobilização política (GIDRON; BONIKOWSKI, 2013). Como ideologia, tem como elemento central o entendimento de que a sociedade é dividida, de forma maniqueísta, em dois grupos, “o povo puro” e a “elite corrupta”; cabe ao governante perseguir e expressar a vontade geral do povo, na influente concepção de Mudde (2004, p. 543). O autor, por sinal, qualifica o populismo como uma “ideologia rarefeita (*a thin-centered ideology*)”, classe dos sistemas de ideias que não têm resposta para todas as grandes questões sociopolíticas, sendo compatíveis com ideias tão diversas quanto o socialismo e o liberalismo.

A partir dessa noção, Pankowski (2010) observou a relevância de aspectos culturais para o populismo, em particular as tradições que legitimam determinados cursos de ação política. Políticos e movimentos populistas são especialmente bem-sucedidos quando estabelecem conexão com uma cultura do ordinário e do senso comum. Inglehart e Norris (2016, p. 9) enquadram a referência à tradição e ao passado como parte da reação que o populismo representa a um avanço cultural progressista de longo curso. O apoio a líderes populistas na Europa é geralmente mais forte entre os homens mais velhos, menos escolarizados, mais religiosos e que compõem maiorias étnicas. Os fatores que explicam essa associação ainda são investigados, inclusive os relacionados à escolaridade. Os efeitos da educação podem estar ligados a sua capacidade de projetar a trajetória socioeconômica dos indivíduos, afetando oportunidades de carreira, renda e segurança no emprego; por outro lado, a instrução formal pode impactar as capacidades cognitivas usualmente associadas à tolerância e a valores progressistas.

Considerado como estilo retórico, o populismo é um discurso que entende a política como confronto moral entre um bem e um mal, seja entre o povo e a oligarquia, seja entre um outro “nós” e um outro “eles”. Numa abordagem mais abstrata, Laclau (2005) alerta para como, no discurso binário construído pelo populista, o “nós” e o “eles” são significantes vazios, que podem assumir conteúdos variados, a depender do contexto; é no processo de nomeá-los que grupos sociais específicos são construídos como “o povo”, ou “nós”, e os inimigos do povo, ou “eles” (PANIZZA, 2005, p. 3).

Como estratégia de mobilização, o populismo costuma ser retratado como a ação de um líder personalista que busca o poder por meio do apoio direto de cidadãos não organizados pelas vias usuais,

como sindicatos ou partidos, e sem mediação institucional (WEYLAND, 2001, p. 14). Tendo sobretudo os casos latino-americanos em mente, Levitsky e Roberts (2011, p. 6-7) definem populismo como uma forma de mobilização de bases de massa por líderes personalistas que desafiam as elites políticas ou econômicas estabelecidas em nome de um “pueblo” maldefinido.

Ainda que as variações na definição recomendem cautela quando se quer definir os limites do fenômeno populista contemporâneo, as características do candidato Bolsonaro se ajustam de tal modo ao núcleo do conceito – quer entendido como ideologia, quer como estilo retórico ou como estratégia de mobilização – que parece haver pouca margem para questionamento: Bolsonaro se apresentou como candidato populista radical da direita na eleição de 2018.

Foi essa a conclusão de Tamaki e Fuks (2020), a partir da análise do conteúdo dos discursos de campanha do candidato em questão, nos quais localizaram três ingredientes fundamentais do populismo: uma cosmologia maniqueísta; a apresentação de “um povo” como comunidade homogênea e virtuosa; e o enquadramento da elite como corrupta e autointeressada. Na mídia internacional, Bolsonaro foi retratado como populista radical de direita, embora a mídia brasileira tenha tomado uma posição menos assertiva (ARAÚJO; PRIOR, 2020). Há outros sinais nessa direção, a exemplo da filiação declarada à linhagem do norte-americano Donald Trump e as muitas semelhanças com outros líderes da direita radical mundial. O próprio Mudde, fundador de uma linha de interpretação influente sobre o populismo, classifica Bolsonaro como populista radical de direita (MOTA, 2020).

Menores níveis educacionais favorecem o voto em populistas e o contrário vale para a escolaridade elevada. Seja nos Estados Unidos, seja em diferentes países europeus, seja na América Latina, a escolaridade tem sido uma dimensão relevante para explicar o voto em políticos populistas (INGLEHART; NORRIS, 2016; IVARSFLATEN; STUBAGER, 2013; SELIGSON, 2007), ainda que variações regionais comecem a ser exploradas (ROVIRA KALTWASSER; VAN HAUWAERT, 2020).

Uma questão contemporânea no alto da agenda de pesquisa desse subcampo é como entender essa associação. Avaliar o efeito independente da escolaridade é fundamental no teste de uma hipótese recorrente envolvendo o populismo de direita: são os “perdedores da modernização” que apoiam os populistas. Outra discussão é saber se a atitude seria estimulada pela exclusão econômica e/ou se é reação ao avanço de valores progressistas. Será a escolaridade um indicador das possibilidades socioeconômicas do eleitor, inclusive de suas condições de fazer frente aos desafios da precarização do trabalho e da mundialização das cadeias produtivas? Ou a instrução formal estará relacionada a seus valores, e cidadãos menos educados reagem contra o avanço de pautas identitárias, de minorias, e as conquistas igualitárias, como as das mulheres?

No estudo de Ivarsflaten e Stubager (2013) com sete países europeus, escolaridade apareceu fortemente associada à classe, entendida em termos ocupacionais, mas cada dimensão teve seu impacto independente. A ocupação revelou-se mais relacionada à clivagem esquerda–direita em termos econômicos e a educação, mais associada à dimensão libertarismo–autoritarismo.

Isso aumenta a relevância de investigar o efeito independente da escolaridade no voto de 2018. A atração que Bolsonaro exerceu sobre os mais escolarizados foi observada ainda durante a campanha (NICOLAU, 2018). Às vésperas do segundo turno, a intenção de voto no candidato da direita era de 38% entre os que tinham Ensino Fundamental; 51% entre aqueles com Médio; e 55% entre os eleitores com curso Superior, numa associação positiva e linear (DATAFOLHA, 2018). Entretanto, a influência da escolaridade até aqui não havia sido dissociada da condição socioeconômica por procedimentos estatísticos mais complexos, nem relacionada a uma trajetória de fundo dos impactos políticos da educação.

É verdade que, no caso da eleição de Bolsonaro, fatores como a desconfiança na democracia e o antipetismo promovidos pela Operação Lava Jato precisam ser considerados no entendimento das escolhas

dos cidadãos. No entanto, esse é mais um traço da emergência contemporânea do populismo: é um fenômeno global, que tende a ganhar feições locais e a gerar explicações de caráter contextual. A vitória de Trump em 2016, por exemplo, é relacionada à eleição (e reeleição) do primeiro presidente afro-americano, Barack Obama, e ao crescimento do movimento de direita representado pelo Tea Party. A proeminência de Nigel Farage, do britânico UKIP, e a ascensão de Boris Johnson no Partido Conservador parecem indissociáveis do erro de cálculo do então primeiro-ministro David Cameron, que promoveu um plebiscito sobre a saída da União Europeia, apostando que seria inócuo. “Eventos nacionais específicos [...] são causas próximas que ajudam a explicar por que as coisas se desdobraram da forma como ocorreram, mas não explicam por que o voto em partidos populistas praticamente dobrou nas últimas décadas em diferentes países”, observam Inglehart e Norris (2016, p. 9).

Tudo somado, seria de se esperar maior intensidade no voto em Jair Bolsonaro da parte dos eleitores menos escolarizados, em linha com os estudos internacionais sobre comportamento político e populismo. Em termos de atitudes políticas em sentido amplo, a hipótese informada pela literatura é de que, em 2018, os mais escolarizados apresentassem indicadores mais elevados de participação (como interesse declarado por política e intenção de votar caso não fosse obrigatório) e de atitudes democráticas (como considerar a democracia o melhor sistema de governo e rejeitar soluções autoritárias). Essa é apenas uma parte da investigação. Considerando a ambição do estudo de verificar a trajetória dos retornos políticos ao longo do tempo, serão realizadas comparações com outros pontos no tempo, desde a redemocratização promovida pela Constituição de 1988. Nessa frente, a hipótese de trabalho é de que tenha havido retornos políticos declinantes, como já apurado em estudos anteriores.

Análise Empírica

Métodos e Dados

A revisão das pesquisas sobre educação e comportamento político revelou estratégias úteis no enfrentamento das questões complexas envolvidas nesta investigação, do ponto de vista do método. Neste estudo, uso análise secundária de dados de *surveys* com representatividade para o eleitorado brasileiro a fim de avaliar o grau de apoio ao candidato Bolsonaro entre cidadãos com diferentes níveis de escolaridade. Também recupero questões idênticas ou semelhantes como modo de traçar a trajetória temporal das orientações da população brasileira sobre temas recorrentes – por exemplo, o apoio à democracia.

Em uma e outra frentes, trabalho com análise estatística inferencial para avaliar a força dos diferentes níveis de escolaridade como preditores de resultados de interesse, como o voto em Bolsonaro ou a adesão democrática. Como principal ferramenta, uso modelos de regressão logística multivariada, em que a variável dependente é binária, indicando a ocorrência (1) ou não (0) do evento de interesse. Esses modelos permitem avaliar o impacto isolado de cada variável independente, explicativa ou preditora, levando em conta os efeitos das demais. Equivalem a reproduzir estatisticamente a operação lógica embutida na expressão *ceteris paribus* (tudo o mais constante).

Para 2018, utilizo os dados do Estudo Eleitoral brasileiro (Eseb)², *survey* de caráter acadêmico aplicado após as eleições. Desde 2002, essa pesquisa é realizada pelo Centro de Estudos da Opinião Pública da Unicamp (Cesop-Unicamp), sob a coordenação de Rachel Meneguello. O Eseb é projeto vinculado ao Comparative Study of Electoral Systems Project (CSES), coordenado pela Michigan University, e, em 2018, incluiu o módulo cinco da pesquisa internacional da CSES sobre populismo, com ênfase em temas

como atitudes do público diante das elites e da democracia representativa. O projeto congrega dezenas de instituições de diferentes países (CESOP, 2020). O campo foi realizado de 10 a 24 de novembro pelo Ibope, o que significa que as variáveis eleitorais representam o voto reportado, não a intenção de voto.

Outras ondas do Eseb e de pesquisas de Cultura Política estabeleceram uma tradição de estudos sistemáticos que permite fazer a análise longitudinal deste artigo retroceder até 1989. Há *survey* nacional sobre os temas de interesse feito naquele ano e também em 1993, coordenados por José Álvaro Moisés – que dividiu a coordenação com Meneguello em 2006. A Tabela 1 sintetiza os bancos de dados.

Tabela 1. Descrição dos surveys utilizados neste estudo.

Ano	Título	Realizador	Amostra	N
1989	Cultura e Política	Cedec DCP-USP Datafolha	Nacional	2.083
1993	Cultura e Política	Cedec USP Datafolha	Nacional	2.526
2002	Eseb	Cesop-Unicamp	Nacional	2.514
2006	Desconfiança nas Instituições Democráticas	Nupps-USP Cesop-Unicamp	Nacional	2.004
2018	Eseb	Cesop-Unicamp	Nacional	2.506

Fonte: Elaboração própria.

Os contextos em que foram aplicados os questionários merecem ser lembrados de forma rápida. A pesquisa de 1989 foi feita em setembro, faltando dois meses para a primeira eleição direta para presidente após os 21 anos da Ditadura Civil-Militar e menos de doze meses após a promulgação da Constituição de 1988. O presidente era José Sarney e os principais candidatos à sucessão, Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva. A pesquisa de opinião de 1993 foi aplicada em março, sob impacto da renúncia de Collor, em dezembro de 1992, para escapar de um processo de *impeachment*. O presidente era Itamar Franco, vice que assumiu com apoio de PMDB, PSDB e outros partidos. O *survey* foi aplicado um mês antes do plebiscito que manteve o sistema presidencialista no país.

O *survey* de 2002 foi realizado logo depois da eleição que levou Luiz Inácio Lula da Silva ao poder, após oito anos de Fernando Henrique Cardoso, com a inflação sob controle desde o Plano Real (de 1993) e o desemprego em alta. A pesquisa de 2006 foi realizada em junho, depois do escândalo do Mensalão (de 2005) e antes da eleição que reconduziu Lula a um segundo mandato. A proximidade da eleição de 2018 leva a dispensar uma rememoração sintética.

As variáveis sociodemográficas e políticas usadas no estudo se encontram no Repositório de Dados de Pesquisa Unifesp Dataverse, V1 (SCHLEGEL, 2021). No caso da educação, que é central para essas análises, optei por operacionalizar os níveis de escolaridade em cinco faixas, com vistas à comparabilidade com os estudos anteriores mobilizados e para evitar a suposição de efeitos lineares anuais para a trajetória escolar. As faixas são as seguintes: Fundamental incompleto (29% da amostra em 2018); Fundamental completo (9%); Médio incompleto (7,5%); Médio completo (30,9%); e Superior incompleto ou mais (23,5%). Os modelos estatísticos foram rodados no *software* livre R e os *scripts* utilizados fazem parte do material disponibilizado.

Populismo em 2018

No primeiro bloco da análise, verifico a associação entre escolaridade e voto em Bolsonaro. A Tabela 2 traz modelos de regressão logística para o voto no primeiro e no segundo turnos, destacando razões de chance e significância das variáveis independentes, sempre considerando $p < 0,05$.

O primeiro passo é analisar o primeiro turno. Os resultados revelam que apenas um nível educacional teve significância estatística, representada na Tabela 2 por um asterisco: o Médio completo. Ou seja, controladas as demais dimensões sociodemográficas, apenas os eleitores com Ensino Médio completo se diferenciaram de forma consistente da categoria de referência, composta por pessoas com Fundamental incompleto. Com sentido oposto ao esperado: a razão de chance de 1,420 significa que uma pessoa com Médio completo teve 42,0% mais chance de votar em Bolsonaro do que uma pessoa com Fundamental incompleto, com todas as demais características individuais mantidas iguais³. Eleitores de todas as demais faixas de escolaridade, inclusive o Superior, não se diferenciaram dos menos escolarizados. Outro modelo, com Superior incompleto separado do Superior completo ou mais, foi testado e teve os mesmos resultados.

A análise indica que variáveis econômicas foram bem mais decisivas para o voto populista no primeiro turno. A renda familiar apresentou tendência à associação positiva e sustentada, crescendo a chance de voto em Bolsonaro à medida que cresceram os ganhos dos entrevistados. Todos os segmentos tiveram significância.

A ocupação teve duas categorias capazes de diferenciar seu voto em relação aos assalariados com carteira assinada – a referência para essa dimensão. Estudantes e desempregados diferenciaram consistentemente sua escolha eleitoral. Assalariados sem carteira assinada ficaram no limite da significância estatística. No geral, os resultados são diferentes do previsto a partir da literatura internacional sobre populismo, pois os mais precarizados e vulneráveis votaram menos em Bolsonaro – tendência indicada pela razão de chance menor do que 1.

Isso sugere que a relação entre escolaridade e voto em Bolsonaro, a qual crescia linearmente em análises bivariadas apresentadas por institutos de pesquisa durante o período eleitoral, devia-se mais à covariância entre educação e posição econômica. A escolaridade “capturava” parte significativa dos efeitos da condição econômica, podendo levar a interpretações incorretas.

Também se mostraram preditores consistentes do voto o sexo (mulheres votaram menos em Bolsonaro), a área (capitais votaram menos que o interior) e a região (todas votaram mais em Bolsonaro do que a categoria de referência, a região Nordeste). O voto evangélico também favoreceu o candidato da direita, com essa orientação religiosa dobrando a chance de votar nele.

O segundo turno aparece nas colunas mais à direita da Tabela 2 e oferece panorama semelhante, com ligeiras alterações. Novamente, apenas o eleitor com Ensino Médio completo se diferenciou daqueles que tinham Fundamental incompleto, votando com mais intensidade em Bolsonaro. No caso do Ensino Superior, mais uma vez, não houve significância estatística, indicando que não é possível diferenciar os dois níveis extremos de escolaridade. Isso se manteve mesmo em outro modelo, que não é reproduzido aqui e trazia Superior incompleto e Superior completo representando categorias separadas.

Renda familiar e ocupação voltaram a mostrar efeitos independentes. Renda familiar mais alta esteve associada a maior chance de voto na direita de forma quase linear – com exceção da segunda faixa, as razões de chance crescem a cada faixa, com a terceira e a quarta faixas em patamares muito próximos.

Desempregados e estudantes, novamente, votaram na direita em menor proporção que os assalariados com carteira assinada. Ser evangélico e morar em qualquer região diferente do Nordeste favoreceram o voto no candidato. A oposição na escolha eleitoral entre brancos, de um lado, e pretos e pardos do outro, ficou perto do limite da significância; pelos critérios adotados, não se pode afirmar que esses segmentos tenham se diferenciado.

Tabela 2. Regressão logística do voto declarado em Jair Bolsonaro no primeiro e no segundo turnos (razões de chance, erro-padrão, p-valor e significância).

Categoria	Primeiro turno			Segundo turno		
	Razão de chance	Erro- padrão	p-valor (sig.)	Razão de chance	Erro- padrão	p-valor (sig.)
Escaridade (ref. Fundamental incompleto)						
Fundamental completo	0,838	0.177	0.404	1,043	0.218	0.839
Médio incompleto	0,686	0.162	0.111	0,730	0.169	0.174
Médio completo	1,420	0.217	0.022*	1,504	0.232	0.008**
Superior incompleto ou mais	0,930	0.165	0.683	0,955	0.168	0.795
Renda familiar em faixas (referência: primeira faixa)						
2ª faixa	1,434	0.226	0.022*	1,351	0.207	0.050
3ª faixa	1,697	0.277	0.001**	1,834	0.294	0.000***
4ª faixa	1,691	0.390	0.023*	1,797	0.416	0.011*
5ª faixa	2,713	1.077	0.011**	2,205	0.887	0.049*
Ocupação (referência: assalariado com carteira assinada)						
Assalariado sem carteira	0,639	0.155	0.0664	0,696	0.161	0.119
Conta própria	1,089	0.165	0.572	0,987	0.154	0.932
Liberal/empresário	1,583	0.522	0.163	1,419	0.500	0.320
Desempregado	0,639	0.121	0.018*	0,624	0.116	0.011*
Estudante	0,494	0.168	0.038*	0,521	0.169	0.045*
Aposentado/dona de casa	1,083	0.194	0.658	0,850	0.153	0.367
Idade (referência: 18 a 25 anos)						
26 a 40 anos	0,846	0.140	0.314	1,008	0.167	0.961
41 a 70 anos	0,957	0.160	0.795	1,082	0.181	0.639
Sexo						
Mulher	0,565	0.063	0,000***	0,610	0.068	0,000***
Área (referência: interior)						
Capital	0,758	0.101	0.038*	0,733	0.097	0.019*
Metropolitana	0,924	0.136	0.592	1,060	0.156	0.690
Região (referência: Nordeste)						
Norte + Centro-Oeste	3,276	0.583	0,000***	3,405	0.606	0,000***
Sudeste	2,124	0.305	0,000***	2,313	0.323	0,000***
Sul	1,813	0.337	0.001**	2,100	0.384	0,000***
Religião (referência: ateu ou sem religião)						
Católica	1,072	0.213	0.728	1,205	0.232	0.334
Evangélica	2,078	0.430	0.000***	2,060	0.415	0.000***
Outra	0,688	0.187	0.168	0,756	0.196	0.282
Cor/raça (referência: preta e parda)						
Branca	1,134	0.141	0.312	1,265	0.158	0.060
Amarela	1,253	0.401	0.481	1,273	0.426	0.471
Indígena	1,192	0.372	0.573	1,114	0.345	0.728
DADOS DO MODELO	N = 1.636 Pseudo r ² (Nagelkerke) = 0,167			N = 1.637 Pseudo r ² (Nagelkerke) = 0,170		

Códigos de significância: *** = p < 0,001; ** = p < 0,01; * = p < 0,05.

Fonte: Elaboração própria.

Até aqui, os resultados podem ser considerados surpreendentes, quando comparados com estudos similares sobre voto em populistas radicais de direita de outros países. Era de se esperar que, controlada a condição econômica e outras variáveis sociodemográficas, os menos escolarizados votassem em Bolsonaro com maior intensidade. Seriam os perdedores da modernidade. O que se verificou é que os diferentes segmentos de escolaridade praticamente não se diferenciaram.

Trajetória no Tempo dos Efeitos da Educação

O segundo bloco da análise avaliou a trajetória de atitudes do brasileiro após a redemocratização dos anos 1980. Afinal, as escolhas na eleição para presidente em 2018 indicam um fenômeno conjuntural ou revelam uma tendência de longo prazo de redução dos impactos políticos da escolarização?

Para avaliar essas possibilidades, retomei estudos anteriores tratando da participação política e do apoio à democracia. A hipótese de partida foi que tem sido decrescente a recompensa, em termos de comportamentos e atitudes políticas desejáveis para a convivência democrática, trazida por galgar os diferentes patamares educacionais.

Nesse bloco, trabalho com modelos de regressão que reproduzem as mesmas variáveis predictoras usadas nos estudos anteriores, para favorecer a comparabilidade. Essas dimensões foram definidas a partir da disponibilidade dos questionários de 1989, 1993, 2002, 2006 e 2018 dos *surveys* descritos na seção anterior. Os modelos de regressão incluíram variáveis operacionalizadas de maneira idêntica para todos os anos.

Para maior clareza na exposição, optei por apresentar apenas os resultados para os níveis de escolaridade com significância estatística, considerando $p < 0,05$, registrando as razões de chance obtidas. Nos vários quesitos, duas observações são relevantes: se os níveis de escolaridade se diferenciaram da categoria de referência (o Fundamental incompleto); e se as razões de chance tiveram variação relevante. Essas duas dimensões serão comparadas ao longo dos 31 anos cobertos pelas pesquisas de opinião. As células com significância estão pintadas de cinza, favorecendo a leitura visual.

A primeira análise diz respeito ao apoio à democracia. Três formas de apurar atitudes democráticas puderam ser extraídas dos questionários dos cinco *surveys*. A primeira delas envolve uma forma tradicional de avaliar a preferência pela democracia entre eleitorados que já viveram períodos ditatoriais e parte da pergunta com três alternativas de resposta: 1) a democracia é sempre a melhor forma de governo; 2) em algumas situações, é melhor uma ditadura do que uma democracia; 3) tanto faz.

Nesse quesito, observa-se que dois níveis de escolaridade se diferenciaram da categoria de referência na pesquisa mais recente, sempre aumentando a chance de o cidadão preferir a democracia a qualquer outra forma de governo (Tabela 3). É um resultado que aponta para a manutenção dos efeitos da escolaridade nessa dimensão. Para os primeiros anos após a redemocratização, o teste estatístico teve resultado semelhante (destaque para 1993) e as razões de chance têm magnitude próxima. Em 1989, uma pessoa com Ensino

Tabela 3. Preferência pela democracia (razões de chance de categorias de escolaridade com significância estatística em modelos de regressão logística multivariados).

	1989	1993	2002	2006	2018
Fundamental completo					
Médio incompleto		1,665			
Médio completo	1,658	1,766	1,841		1,381
Superior incompleto ou mais	1,848	2,370	1,661	2,147	1,713

Fonte: Elaboração própria.

Superior incompleto ou mais tinha 84,8% a mais de chance de preferir a democracia, quando comparada a quem tinha o Fundamental incompleto. Em 2018, essa taxa foi de 71,3%. Na comparação com o cenário de 2006, houve aumento do impacto da escolaridade, quando se considera que mais níveis tiveram significância.

Interpretando como distanciamento da democracia o desconhecimento sobre seu significado, declarado em pergunta aberta, apuraram-se sinais na mesma direção: os níveis de escolaridade mostraram diferenciar o eleitor em 2018 tanto quanto há três décadas (Tabela 4). Em 1989, a educação não fazia diferença para o desconhecimento, sendo impossível diferenciar a proporção de respostas por nível de escolaridade. Cinco anos depois, todos os níveis se descolaram do Fundamental incompleto – e com razões de chance decrescentes, indicando que, quanto maior a escolaridade, menor a chance de desconhecer o significado de democracia.

Tabela 4. Desconhecimento sobre significado de democracia (razões de chance de categorias de escolaridade com significância estatística em modelos de regressão logística multivariados).

	1989	1993	2002	2006	2018
Fundamental completo		0,454		0,441	0,388
Médio incompleto		0,275		0,537	0,431
Médio completo		0,154	0,297	0,342	0,199
Superior incompleto ou mais		0,031		0,100	0,114

Fonte: Elaboração própria.

O *survey* de 2018 trouxe resultados semelhantes, com uma diferença: as razões de chance agora não estão em ordem decrescente perfeita, porque o Ensino Médio incompleto está “fora da ordem”. Cidadãos com essa escolaridade tiveram maior chance de declarar desconhecimento sobre o significado de democracia do que os que tinham o nível de escolaridade imediatamente inferior, o Fundamental completo. Vale a pena observar que pessoas com o Médio incompleto tiveram traços particulares nesse e em outros quesitos que seguem, apontando um segmento do eleitorado que merece análise futura mais detida.

A defesa de um líder forte, “mesmo que não cumpra as regras para fazer as coisas”, também foi interpretada como distanciamento da democracia. Nesse quesito, o esperado era haver razões de chance que diminuíssem com o aumento da escolaridade, numa associação negativa. De fato, foi o que se verificou em 2018 (Tabela 5). Com exceção do Médio incompleto, os demais níveis de escolaridade mostraram rejeitar um líder centralizador mais do que a categoria de referência e com razões de chance que caíram com a escolaridade. Os resultados do último *survey* são melhores do que os anteriores em matéria de mostrar retornos políticos para a educação alinhados a valores democráticos, em especial quando cotejados com 2006.

Tabela 5. Defesa de um líder forte (razões de chance de categorias de escolaridade com significância estatística em modelos de regressão logística multivariados).

	1989	1993	2002	2006	2018
Fundamental completo		ND			0,657
Médio incompleto	0,517	ND	0,699		
Médio completo	0,675	ND	0,650		0,540
Superior incompleto ou mais		ND		0,551	0,362

ND = Não disponível. Fonte: Elaboração própria.

Outras três dimensões avaliadas neste estudo dizem respeito à ativação e à participação políticas. A primeira foi o interesse declarado por política (Tabela 6). Predomina a estabilidade quando se comparam as pesquisas no

tempo. Os dois níveis mais elevados de escolarização têm significância e razões de chance com magnitudes que não divergem de forma relevante. Em 2018, o Fundamental completo também teve significância, indicando ser possível diferenciar quem tinha essa escolaridade das pessoas apenas com o Fundamental incompleto. O Médio incompleto, mais uma vez, não se diferenciou da categoria de base.

Tabela 6. Interesse por política (razões de chance de categorias de escolaridade com significância estatística em modelos de regressão logística multivariados).

	1989	1993	2002	2006	2018
Fundamental completo	ND				1,588
Médio incompleto	ND				
Médio completo	ND	2,285	1,887	1,739	1,936
Superior incompleto ou mais	ND	4,613	3,208	2,613	3,362

ND = Não disponível. Fonte: Elaboração própria.

No tocante ao consumo e à atenção a notícias sobre política, também não há queda dos efeitos políticos da educação (Tabela 7). Os dois níveis mais elevados de escolaridade têm maior intensidade nesse quesito em todos os pontos do tempo observado e pequenas discrepâncias não chegam a configurar uma tendência em outra direção. Em 2018, apenas o Médio incompleto não se diferenciou do Fundamental incompleto.

Tabela 7. Atenção a notícias políticas (razões de chance de categorias de escolaridade com significância estatística em modelos de regressão logística multivariados).

	1989	1993	2002	2006	2018
Fundamental completo		1,752			1,688
Médio incompleto	1,596				
Médio completo	1,969	2,577	1,754	1,619	2,124
Superior incompleto ou mais	2,885	7,609	3,236	2,767	3,644

Fonte: Elaboração própria.

A última dimensão analisada, sobre a disposição de votar caso não fosse obrigatório, apresentou tendência diversa (Tabela 8) – os retornos da educação foram decrescentes. Em comparação com 1989, o ano de 2018 revela que apenas os mais escolarizados têm maior disposição de forma consistente, mas com entusiasmo bem menor: ter ao menos Superior incompleto representava 207,8% mais chance de declarar interesse em votar no início da série histórica, como indica a razão de chance de 3,078; na pesquisa recente, significou 49,9% a mais de chance. Outros níveis de escolaridade não se diferenciaram em 2018, diferentemente de 1993, 2002 e 2006.

Tabela 8. Votaria se não fosse obrigatório (razões de chance de categorias de escolaridade com significância estatística em modelos de regressão logística multivariados).

	1989	1993	2002	2006	2018
Fundamental completo					
Médio incompleto		1,416			
Médio completo		1,978	1,899	1,411	
Superior incompleto ou mais	3,078	2,974	4,384	3,064	1,499

Fonte: Elaboração própria.

No balanço deste bloco, a hipótese sobre retornos políticos decrescentes para a educação em geral não se confirmou, com exceção da disposição de votar se não fosse obrigatório. O Ensino Médio incompleto, em diferentes dimensões, mostrou menor engajamento e maior distanciamento da democracia.

Considerações Finais

Este artigo avaliou se o voto em Bolsonaro em 2018, tomado como escolha por um líder populista radical de direita, seguiu a tendência esperada na literatura internacional e pelos estudos que apontam associação entre maior escolaridade e atitudes favoráveis à convivência democrática. Também colocou esses achados em perspectiva temporal, avaliando a trajetória dos retornos políticos da escolaridade no nível individual entre 1989 e 2018.

Os resultados indicaram que a escolaridade elevada não evitou o voto em Bolsonaro no primeiro e no segundo turnos, contrariando a expectativa da teoria convencional. Controlando outras dimensões sociodemográficas, a escolha dos eleitores com Ensino Superior ou mais não divergiu da feita pelos menos escolarizados, com Fundamental incompleto. Quem se diferenciou foi a segunda categoria mais elevada de escolaridade, o Médio completo, mas no sentido contrário ao esperado: nessa faixa aumentou a proporção de votos em Bolsonaro.

A análise também revelou que variáveis ligadas à condição econômica tiveram maior poder preditor do voto no candidato da direita. Por um lado, isso revela que a associação entre escolaridade e voto em Bolsonaro, a qual crescia linearmente em análises bivariadas nas pesquisas de intenção de voto, devia-se mais à covariância entre educação e posição econômica. A escolaridade “capturava” parte significativa dos efeitos da condição econômica e isso mostra os ganhos trazidos pela forma como as análises foram feitas no presente estudo, em que o efeito independente de cada dimensão foi isolado.

Por outro lado, esses resultados reforçam a necessidade de adequar as teorizações comparativas sobre populismo às especificidades nacionais. No contexto brasileiro, desempregados votaram no populista radical de direita com menos intensidade que pessoas com ocupação. Ao mesmo tempo, o voto em Bolsonaro aumentou com a renda familiar. Ou seja, o voto dos “perdedores da modernidade” por aqui teve sinal trocado: evitou e não favoreceu a escolha pela direita populista – ao contrário do que costuma ocorrer na Europa e se verificou na eleição de Trump em 2016. Simetricamente, isso evidencia que a direita radical brasileira tem votos entre os incluídos economicamente, o que sugere que sua ascensão se apoia na reação a valores progressistas – como o respeito às minorias, aos direitos da mulher e à diversidade étnico-racial – mais do que em motivações econômicas.

Este estudo traz elementos para ajudar a montar o quebra-cabeça representado pela política brasileira, mas os aparentes paradoxos de alguns resultados indicam que muita pesquisa ainda é necessária para entender o contexto contemporâneo. Vale avaliar, por exemplo, a extensão dos danos promovidos pela Operação Lava-Jato ao apoio à democracia e à satisfação com seu desempenho concreto. Uma possível explicação para que setores mais escolarizados tenham votado na direita na mesma proporção que os menos escolarizados pode passar pela tendência dos primeiros a ser mais críticos em relação ao funcionamento das instituições democráticas.

Essa frente de investigação se torna ainda mais promissora ao se considerar o segundo bloco de análises deste artigo. Uma hipótese para explicar por que mais escolaridade não esteve associada à rejeição de ideias autoritárias na eleição de 2018 considerava que os retornos políticos da educação poderiam ter decrescido a ponto de ter magnitude reduzida ou irrelevante. Pesquisas sobre intervalos de tempo após a redemocratização dos anos 1980 detectaram tendência nessa direção e lançaram suspeitas sobre perdas geradas pela baixa qualidade que acompanhou a expansão educacional brasileira recente. Os resultados apresentados neste artigo desaconselham essa linha de explicação, no entanto.

Em três dimensões do apoio democrático avaliadas não se registrou perda de influência da escolaridade no comportamento individual ao longo do tempo. Em apenas uma dimensão da participação política, sobre a disposição de votar se não fosse obrigatório, os níveis de escolaridade deixaram de diferenciar o cidadão. É mais uma pista de que pode haver abalos na adesão democrática que atinjam mais diretamente os mais escolarizados e possam estar relacionados à crítica às instituições.

Finalmente, dois resultados específicos sobre o Ensino Médio merecem ser enfatizados. Um foi mencionado anteriormente: a adesão ao populismo de direita entre aqueles que completaram esse nível educacional, controlados outros fatores sociodemográficos. O outro é a recorrente atitude política divergente das expectativas entre as pessoas com Ensino Médio incompleto. Esse é o único grupo que, neste final de década, não se diferencia dos menos escolarizados em termos de preferência pela democracia, defesa de um líder forte, interesse por política e atenção a notícias políticas. Aqui, pode haver um segmento da população mais afastado da vida política, numa forma de desalento que será ainda mais preocupante se envolver os mais jovens. Os dois fenômenos convidam a investigação detalhada.

Sobre Ética na Pesquisa

Esta pesquisa está dispensada de análise prévia pelo sistema CEP/Conep, em consonância com o art. 1 da Res. n. 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde (uso de dados agregados não individualizados de pesquisa de opinião pública).

Notas

1. Freedom House é uma organização não governamental sediada nos Estados Unidos que faz rankings periódicos dos regimes conforme seu grau de liberdades civis e políticas, bem como de respeito aos direitos humanos e ao livre-mercado.
2. As centenas de bases de dados disponíveis no repositório do Cesop – que não se limitam ao Eseb – são cedidas a pesquisadores(as) sem custo e com pouca burocracia. Agradeço à instituição pela cessão das bases utilizadas nesta pesquisa.
3. Na interpretação das razões de chance, resultados iguais a 1,000 representam chance do resultado de interesse igual à do grupo de referência; menores que 1,000, chance reduzida; e maiores que 1,000, maior chance. Neste último caso, deve ser descontado o valor de 1 quando se realiza a leitura com percentuais (razão de chance de 1,500 representa 50,0% a mais de chance, por exemplo).

Referências

ACEMOGLU, D. et al. **From education to democracy?** Working paper 05-04. Cambridge, MA: MIT Department of Economics, 15 Dec. 2004. (Working Paper Series.) Disponível em: <https://economics.mit.edu/files/4465>. Acesso em: 12 abr. 2009.

ALMEIDA, A. C. **A cabeça do brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.

ALMOND, G.; VERBA, S. **The civic culture: political attitudes and democracy in five nations**. Princeton: Princeton University Press, 1965.

- ARAÚJO, B.; PRIOR, H. Framing political populism: the role of media in framing the election of Jair Bolsonaro. **Journalism Practice**, London, p. 1-17, 6 jan. 2020. <https://doi.org/10.1080/17512786.2019.1709881>
- BARRO, R. Determinants of democracy. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 107, n. S6, p. 158-183, 1999. <https://doi.org/10.1086/250107>
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **Reproduction in education, society and culture**. London: Sage, 1990.
- BRODY, R. The puzzle of political participation in America. In: KING, A. **The new American political system**. Washington: American Enterprise Institute for Public Policy Research, 1978.
- CAMPBELL, D. E. What is education's impact on civic and social engagement? In: DESJARDINS, R.; SCHULLER, T. (eds.). **Measuring the effects of education on health and civic engagement**: proceedings of the Copenhagen Symposium. Paris: CER/OCDE, 2006.
- CARREIRÃO, Y. S. **A decisão de voto nas eleições presidenciais brasileiras**. Florianópolis/Rio de Janeiro: Editora da UFSC/Editora FGV, 2002.
- CASTRO, M. M. M. **Determinantes do comportamento eleitoral**: a centralidade da sofisticação política. 1994. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.
- CESOP [Centro de Estudos de Opinião Pública]. Sobre o Eseb. **Cesop**, 2020. Disponível em: <https://www.cesop.unicamp.br/por/eseb>. Acesso em: 22 mar. 2020.
- CONVERSE, P. E. Change in the American electorate. In: CAMPBELL, A.; CONVERSE, P. E. **The human meaning of social change**. New York: Russel Sage Foundantion, 1972.
- DAHL, R. A. **Who governs?** Democracy and power in an American city. New Haven: Yale University Press, 1961.
- DATAFOLHA. Relatório de Intenção de voto para Presidente da República, 2º turno. **Eleições 2018**, 27 out. 2018. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/10/28/b469d4556e176c907bad8986ccc459cd.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2020.
- DELLI CARPINI, M. X.; KEETER, S. **What Americans know about politics and why it matters**. New Haven: Yale University Press, 1996.
- DIAS, A. L.V. **Escolaridade e engajamento cívico e político dos brasileiros**. 2018. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2018. p. 163.
- EMLER, N.; FRAZER, E. Politics: the education effect. **Oxford Review of Education**, London, v. 25, n. 1-2, p. 251-273, Mar.-Jun. 1999. <https://doi.org/10.1080/030549899104242>
- GIDRON, N.; BONIKOWSKI, B. **Varieties of populism: literature review and research agenda**. Cambridge, MA: Weatherhead Center for International Affairs, n. 13-0004, 2013. (Working Paper Series.)
- HILLYGUS, D. S. The missing link: exploring the relationship between higher education and political engagement. **Political Behavior**, Dordrecht, v. 27, n. 1, p. 25-47, Mar. 2005. <https://doi.org/10.1007/s11109-005-3075-8>
- HIRSCH, F. **Social limits to growth**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1976.

INGLEHART, R. F.; NORRIS, P. **Trump, Brexit, and the Rise of Populism: Economic Have-Nots and Cultural Backlash**. HKS Working Paper n. RWP 16-026. Cambridge, MA: Harvard Kennedy School, Aug. 2016. (Faculty Research Working Paper Series.) Disponível em: https://is.muni.cz/el/fss/jaro2018/POL494/um/premiovy_ukol/Inglehart-Norris-populism.pdf. Acesso em: 26 jun. 2020.

IVARSFLATEN, E.; STUBAGER, R. Voting for the populist radical right in Western Europe: the role of education. In: RYDGREN, J. (ed.). **Class politics and the radical right**. Abindgon: Routledge, 2013. p 122-136.

LACLAU, E. **On populist reason**. London: Verso, 2005.

LAMOUNIER, B. Presidente Prudente: o crescimento da oposição num reduto arenista. In: REIS, F. W. (org.). **Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro**. São Paulo: Símbolo, 1978.

LAMOUNIER, B. O voto em São Paulo: 1970-1978. In: LAMOUNIER, B. (org.). **Voto de desconfiança: eleições e mudança ípolítica no Brasil (1970-1979)**. São Paulo: Vozes, 1980.

LANGTON, K. P.; JENNINGS, K. M. Political socialization and the high school civics curriculum in the United States. **American Political Science Review**, East Lansing, n. 62, p. 852–867, 1968. <https://doi.org/10.2307/1953435>

LEVISTSKY, S.; ROBERTS, K. M. **The resurgence of the Latin American Left**. Baltimore: John Hopkins University Press, 2011.

LIPSET, S. M. Some social requirements of democracy: economic development and political legitimacy. **American Political Science Review**, East Lansing, v. 53, n. 1, p. 69-105, 1959. <https://doi.org/10.2307/1951731>

LUPIA, A.; MCCUBBINS, M. D. **The democratic dilemma: can citizens learn what they need to know?** Cambridge, Cambs: Cambridge University Press, 1999.

MILLER, W. E.; SHANKS, J. M. **The new American voter**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1996.

MOTA, C. V. “Bolsonaro é líder mais isolado do populismo de direita hoje”, diz pesquisador do extremismo político. **BBC News Brasil**, São Paulo, 3 maio 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52465613>. Acesso em: 15 maio 2020.

MUDDE, C. The populist zeitgeist. **Government and Opposition**, Oxford, v. 39, n. 4, p. 541-563, 2004. <https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.2004.00135.x>

NICOLAU, J. Escolaridade e voto na disputa presidencial de 2018. **Blog Jairo Nicolau – textos e dados sobre política**, 12 ago. 2018. Disponível em <https://jaironicolau.github.io/2018-08-12-escolaridade-voto/>. Acesso em: 14 maio 2020.

NIE, N. H.; JUNN; J.; STEHLIK-BARRY; K. **Education and democratic citizenship in America**. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

PANKOWSKI, R. **The populist radical right in Poland: the patriots**. London: Routledge, 2010.

PANIZZA, F. **Populism and the mirror of democracy**. London: Verso, 2005.

PERSSON, M. Education and Political Participation. **British Journal of Political Science**, Cambridge, Cambs., v. 45, n. 3, p. 689–703, Jul. 2015. <https://doi.org/10.1017/S0007123413000409>

POPKIN, S. L. **The reasoning voter**: communication and persuasion in presidential campaigns. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

REIS, E. P. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 143-152, 2000. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092000000100010>

REIS, F. W. Classe social e opção partidária: as eleições de 1976 em Juiz de Fora. In: REIS, F. W. (org.). **Os partidos e o regime**: a lógica do processo eleitoral brasileiro. São Paulo: Símbolo, 1978.

REIS, F. W.; CASTRO, M. M. M. Democracia, civismo e cinismo. Um estudo íempírico sobre normas e racionalidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 25-46. 2001. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092001000100002>.

ROVIRA KALTWASSER, C.; VAN HAUWAERT, S. M. The populist citizen: Empirical evidence from Europe and Latin America. **European Political Science Review**, Cambridge, Cambs., v. 12, n. 1, p. 1-18, Feb. 2020. <https://doi.org/10.1017/S1755773919000262>

SCHLEGEL, R. The decreasing political rewards of education in Brazil. **Brazilian Political Science Review**, Rio de Janeiro, v. 5, Selected Edition, 2010. Disponível em: http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-38212010000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 nov. 2020.

SCHLEGEL, R. **Material suplementar, 2021** Repositório de Dados de Pesquisa UNIFESP Dataverse, V1. <https://repositoriodedados.unifesp.br/dataset.xhtml?persistentId=doi:10.5072/FK2/3HVVW0Q>. <https://doi.org/10.5072/FK2/3HVVW0Q>

SELIGSON, M. A. The rise of populism and the left in Latin America. **Journal of Democracy**, Baltimore, v. 18, n. 3, p. 81-95, 2007. <https://doi.org/10.1353/jod.2007.0057>

SOARES, G. A. D. **Sociedade e política no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

TAMAKI, E. R.; FUKS, M. Populism in Brazil's 2018 general elections: an analysis of Bolsonaro's campaign speeches. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 109, p. 103-127, abr. 2020. <https://doi.org/10.1590/0102-103127/109>

WEYLAND, K. Clarifying a contested concept: populism in the study of Latin American Politics. **Comparative Politics**, New York, v. 34, n. 1, p. 1, Oct. 2001. <https://doi.org/10.2307/422412>

Sobre o Autor

ROGERIO SCHLEGEL é doutor em Ciência Política pela USP, com pós-doutorados no Centro de Estudos da Metrópole do Cebrap (CEM/Cebrap), na University de Cambridge e na Universidade Columbia. É pesquisador do CEM/Cebrap e do Pimentalab - Laboratório de Tecnologia, Política e Conhecimento. Publicou nos periódicos *Publius*, *Brazilian Political Science Review*, *Journal of International Affairs (on-line)* e *Journal of Latin American Studies*.

Recebido: 06 jul. 2020

Aceito: 26 nov. 2020